

Demonstrações Financeiras

Banco Travelex S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras



Relatório da Administração

Senhores acionistas,

A Diretoria do Banco Travelex S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente sobre as referidas demonstrações.

A Travelex é uma empresa especializada em câmbio, reconhecida mundialmente, com presença em mais de 20 países. No Brasil, o Grupo é composto pelo Travelex Banco de Câmbio S.A. — o primeiro banco exclusivo para operações de câmbio regulamentado pelo Banco Central — que, em 12 de dezembro de 2024, obteve autorização para atuar como Banco Múltiplo, passando a adotar a nova denominação de “Banco Travelex S.A.”. Integra também o grupo a Confidence Corretora de Câmbio S.A., com mais de 20 anos de experiência no setor. Após a aprovação final do Banco Central, em fevereiro de 2025, as empresas Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. e Number One Consultores Associados Ltda. passaram a fazer parte integral do Grupo.

O Banco é líder e especialista no mercado de câmbio, operando por meio de uma organização autofinanciada e independente da estrutura global. Nossa atuação tem sido pautada pela diligência e cautela em um mercado volátil, competitivo e em constante transformação, sempre em conformidade com as diretrizes regulatórias e com os princípios do Grupo. Após um período de forte crescimento nos anos anteriores, enfrentamos uma fase de consolidação dos negócios, marcada por um cenário econômico e geopolítico mais desafiador para muitos de nossos clientes.

Seguiremos focados na execução rigorosa do plano estratégico, centrado na ampliação da oferta de soluções em produtos e serviços para nossos clientes. A autorização concedida pelo Banco Central para a constituição de um Banco Múltiplo, com foco inicial na carteira de câmbio e, futuramente, na carteira de Banco Comercial, é parte central da nossa estratégia. Essa evolução permitirá a oferta de serviços bancários básicos em reais, como contas correntes, depósitos, captações e empréstimos.

No primeiro semestre de 2026, o Banco apresentou resultado líquido recorrente de R\$ 3.877 mil, refletindo a evolução de suas operações e a consistência de sua estratégia, mesmo diante de um ambiente econômico e de negócios mais desafiador.

Estamos entusiasmados com o recente anúncio da aquisição do Banco Travelex S.A. pela StoneX, um grupo financeiro global listado na bolsa Nasdaq, EUA, que vai nos trazer a sinergia que precisamos para expandir a nossa oferta de produtos e serviços.

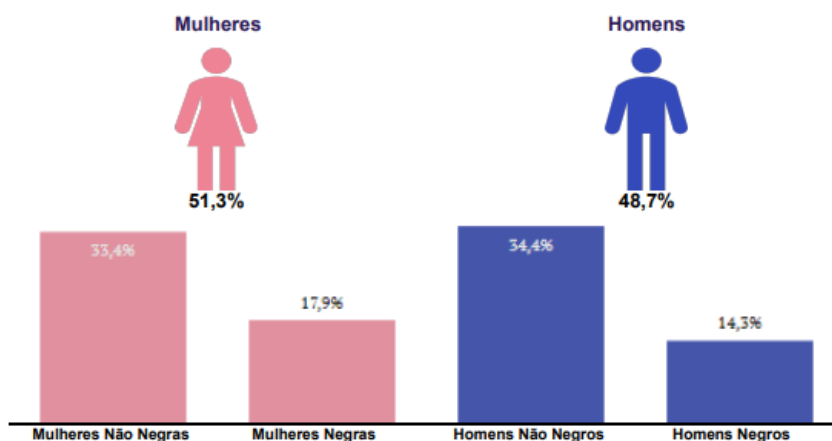
Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança, e ao indispensável apoio dos nossos acionistas. Esperamos recompensá-los com os resultados esperados, por meio do pagamento de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido apurado, após a dedução da Reserva Legal, conforme previsto no Estatuto Social.

Equidade de gênero

As entidades do Grupo adotam práticas de igualdade de oportunidades e não discriminação, promovendo ambiente organizacional diverso e inclusivo. Em atendimento ao art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alteração promovida pela Lei nº 15.177/2025, são divulgadas informações sobre a composição do quadro de colaboradores.

O Banco, com sede na matriz Av. Eng. Luis Carlos Berrini 105, possuía 392 colaboradores ativos, sendo:

Composição do total de empregados por sexo e raça/cor



Em relação à equidade salarial, os indicadores oficiais apontam que a remuneração mensal média das mulheres corresponde a cerca de 86% da remuneração média dos homens.

As diferenças observadas refletem principalmente a distribuição de profissionais entre diferentes cargos e níveis hierárquicos, sendo que a política de remuneração da empresa é baseada em critérios objetivos como responsabilidade do cargo, experiência profissional, desempenho e cumprimento de metas.

O Grupo mantém iniciativas voltadas ao desenvolvimento de jovens profissionais por meio de programas de estágio e aprendizagem.

Em 30 de junho 2026, o programa contou com 32 participantes sendo eles, 28 estagiários e 4 aprendizes, esses programas têm como objetivo proporcionar a jovens entre 16 e 23 anos a oportunidade de conciliar formação teórica e prática profissional, contribuindo para a formação de novos talentos e para o fortalecimento da diversidade no ambiente corporativo.

Por fim, registramos nosso agradecimento aos colaboradores, cujo reconhecimento nos concedeu, pelo sétimo ano consecutivo, o selo “*Great Place to Work*”.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

A Diretoria.

Banco Travelex S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais.....4

Demonstrações do Resultado.....6

Demonstrações do Resultado Abrangente.....7

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....8

Demonstrações do Fluxo de Caixa9

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do

Banco Travelex S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Travelex S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Travelex S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, em 12 de agosto de 2026 foi anunciada a venda do Banco Travelex S.A. para o Grupo StoneX. O processo está sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil e às demais condições de fechamento da operação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

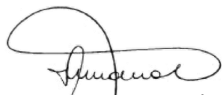
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Travelex S.A.

Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		578.498	529.445
Caixa e equivalentes de caixa		280.447	272.524
Disponibilidades	4	280.447	272.524
Ativos Financeiros		264.753	231.731
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		144.123	135.639
Títulos e valores mobiliários	5	144.123	135.639
Valor justo por meio de resultados		44.998	41.815
Títulos e valores mobiliários	5	43.212	40.416
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	1.786	1.399
Custo amortizado		75.632	54.277
Títulos e valores mobiliários	5	22.644	21.177
Operações de crédito	6	26.501	36.221
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(4.853)	(4.898)
Negociação e intermediação de valores	5.d	31.340	1.778
Outros Créditos		33.298	25.189
Impostos a compensar	7	8.137	12.083
Despesas antecipadas		2.956	6.183
Ativos virtuais		535	-
Diversos	8	21.670	6.923
NÃO CIRCULANTE		114.244	103.073
Ativos Financeiros		603	664
Custo amortizado		603	664
Aplicações interfinanceiras de liquidez		603	664
Outros Créditos		50.979	39.898
Ativo fiscal diferido		38.774	37.242
Diversas	8	12.205	2.656
Investimentos		2.256	547
Participação em controladas e coligadas		2.256	547
Imobilizado	10	1.838	2.409
Imobilizado de uso		14.589	14.571
(-) Depreciação acumulada		(12.751)	(12.162)
Intangível	11	58.568	59.555
Ativos intangíveis		121.564	113.993
(-) Amortização acumulada		(62.996)	(54.438)
TOTAL ATIVO		692.742	632.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Travelex S.A.

Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		482.747	425.071
Passivos financeiros		222.446	174.510
Valor justo por meio de resultado		2.126	1.412
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	2.126	1.412
Custo amortizado		220.320	173.098
Depósitos à vista	12	66.746	36.113
Depósitos em moeda estrangeira	12	122.387	136.784
Depósitos a prazo	12	14	14
Negociação e intermediação de valores passivo	5.d	31.173	187
Outras Obrigações		225.769	213.622
Obrigações em moeda estrangeira	13	208.069	194.173
Fiscais e previdenciárias		4.572	5.590
Diversos	14	13.128	13.859
Provisões		34.532	36.939
Provisões a pagar	15	9.777	11.813
Provisões de folha de pagamento		19.614	20.038
Provisões de passivos contingentes	23	5.141	5.088
Patrimônio Líquido	16	209.995	207.447
Capital social		128.234	128.234
De domiciliados no país		128.234	128.234
Reserva legal		9.827	9.701
Reservas de lucros		71.869	69.484
Ajustes de avaliação patrimonial		65	28
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		692.742	632.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Travelex S.A.

Demonstrações do Resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho 2025
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstração de resultado do semestre	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		133.831	222.933
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.022	6.179
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	13.935	12.052
Resultado de operações em moeda estrangeira		114.874	117.398
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	5.c	-	87.304
Despesas de intermediação financeira		(1.111)	(75.297)
Captações no mercado		(162)	(16)
(Provisão)/reversão para perda esperada associada ao risco de crédito		1.373	9.589
(Provisão)/reversão para perda esperada associada a outros riscos de crédito		(1.328)	(210)
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	5.c	(994)	(84.660)
Resultado bruto de intermediação financeira		132.720	147.636
Outras receitas/(despesas) operacionais		(129.079)	(143.896)
Receitas de prestações de serviços		5.041	7.960
Receitas de ajuste a valor justo		12	-
Despesas de pessoal	17	(54.985)	(56.354)
Despesas tributárias		(6.827)	(7.117)
Despesas administrativas	18	(87.715)	(91.958)
Outras (receitas)/despesas operacionais	19	15.395	3.573
Resultado operacional		3.641	3.740
Resultado de participação em controladas e coligadas		9.710	56
Resultado não operacional		(5.303)	14
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		8.048	3.810
Tributos e Participação sobre o lucro		(5.537)	(3.590)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido		1.492	(193)
Participações estatutárias no lucro		(7.029)	(3.397)
Lucro do semestre		2.511	220
Quantidade de ações		824.813.402	824.813.402
Lucro líquido por ação (em reais)		0,0030	0,0003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Banco Travelex S.A.**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro do semestre	2.511	220
Outros resultados abrangentes	65	18
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	65	18
Total do resultado abrangente do semestre	2.576	238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Travelex S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Eventos	Capital realizado	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2024	128.234	9.690	90.532	-	(40)	228.416
Adoção inicial resolução CMN 4.966/21	-	-	(555)	-	-	(555)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	128.234	9.690	89.977	-	(40)	227.861
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	58	58
Lucro do semestre	-	-	-	220	-	220
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12.830)	-	(12.830)
Constituição da reserva legal	-	11	-	(11)	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	209	(209)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	128.234	9.701	90.186	(12.830)	18	215.309
Mutações do semestre	-	11	209	(12.830)	58	(12.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	128.234	9.701	69.484	-	28	207.447
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	37	37
Lucro do semestre	-	-	-	2.511	-	2.511
Constituição da reserva legal	-	126	-	(126)	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	2.385	(2.385)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	128.234	9.827	71.869	-	65	209.995
Mutações do semestre	-	126	2.385	-	37	2.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Banco Travelex S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(25.480)	(42.086)
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do semestre	2.511	220
Ajustes ao lucro líquido	(27.990)	(42.306)
Depreciação e amortização	10.232	8.202
Provisão para contingências	52	(2.134)
Efeitos da variação cambial de caixa e de equivalente de caixa	(30.425)	(39.135)
Impostos diferidos	(1.492)	193
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	-	(9.379)
Resultado na alienação de valores e bens	5.303	3
Resultado de participação em controladas e coligadas	(9.710)	(56)
Resultado de baixa de investimento	(1.950)	-
Variações nos ativos e passivos	5.312	50.275
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	61	73
(Aumento)/(redução) carteira de câmbio	(16.585)	(17.402)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(12.382)	(10.311)
(Aumento)/redução em operações de crédito	9.683	48.816
(Aumento)/redução outros créditos	(7.418)	(16.498)
Aumento/(redução) em negociação de intermediação de valores	1.424	3.366
Aumento/(redução) em depósitos	16.237	43.655
Aumento/(redução) em relações interdependências	(20.098)	(211.033)
Aumento/(redução) em outras obrigações	32.717	222.081
Aumento/(redução) em Impostos e Contribuições	(1.018)	(1.347)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1)	(13.307)
Aumento/(redução) outros valores e bens	2.692	2.182
Imposto de renda e contribuição social pagos	(151)	1.042
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	(20.318)	9.230
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(18)	(114)
Baixas no imobilizado	-	10
Aplicações no Intangível	(10.166)	(10.327)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(10.184)	(10.431)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	-	(12.830)
Recebimento de dividendos	8.000	-
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	8.000	(12.830)
Aumento/(redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.502)	(14.031)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	272.524	363.131
Efeitos da variação cambial de caixa e de equivalente de caixa	30.425	39.135
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	280.447	388.235
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(22.502)	(14.031)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Travelex S.A foi constituído em 5 de novembro de 2009 e o Banco Central do Brasil (Bacen) concedeu autorização para seu funcionamento em 26 de janeiro de 2010, como banco de câmbio, a qual foi publicada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 2010.

O Banco tem como objeto social a compra e venda de moeda estrangeira; transferência de recursos para o exterior; outras operações, inclusive de prestação de serviços, previstas na regulamentação do mercado de câmbio; atuação no mercado financeiro, no país, inclusive em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como em mercados de balcão, para realização de operações, por conta própria, referenciadas em moedas estrangeiras ou vinculadas a operações de câmbio; além de efetuar depósitos interfinanceiros, observada a regulamentação aplicável; e realizar outras atividades que vierem a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% do Grupo Confidence pela Travelex Limited, de Londres, sendo que essa transação foi efetivada em 11 de abril de 2013. A diretoria do Banco aprovou o ingresso da Travelex Limited no grupo de controle societário do Grupo Confidence em 14 de março de 2013. A Travelex Limited adquiriu os 51% restantes do Grupo Confidence em 7 de janeiro de 2015.

Em 12 de dezembro de 2024, o Banco Central do Brasil (Bacen) aprovou a concessão da licença de banco múltiplo, passando a Instituição a adotar a nova denominação social de Banco Travelex S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

A política interna considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco, previsto em seu Estatuto Social. Além disso, a Administração considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de agosto de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, sendo esta a moeda funcional

do Banco e também a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numerário em custódia junto a empresa especializada, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

As Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 5.100/22 e a Resolução BCB nº 352/23, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21, para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Essa norma substitui a Circular nº 3.068/01, passando a classificar e mensurar ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa, podendo ser:

i. Custo amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

ii. Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

iii. Valor justo no resultado (VJR): utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados.

Em 30 de junho de 2026, o Banco possui títulos classificados nas três categorias descritas acima.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução Bacen 4.277/13.

A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.

Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de “Fluxo de Caixa Descontado”, em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado e operações de Termo de Moedas - NDF (*Non-delivery Forward*), as operações em NDF são marcadas a mercado mensalmente em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores nominais dos contratos são contabilizados em contas de compensação.

f) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.966 /21 do Banco Central, é definida a utilização da metodologia de perda esperada simplificada para as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4) ou no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente, ou integrantes de conglomerado prudencial enquadrado nesses segmentos. Visto que o Banco pertence ao Segmento S4, o modelo a ser adotado é o simplificado.

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução nº 352/23, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas.

Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas esperadas deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, onde os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5, de acordo com as características da operação e garantias prestadas, conforme o aumento significativo do risco de crédito e pela caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, em um processo denominado Stop Accrual.

g) Operações em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre.

h) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

i) Ativo imobilizado e intangível

Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 20%; e
- Sistemas de processamento de dados, benfeitorias - 20%.

Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- **Softwares - 20%; e**
- **Outros intangíveis – 20%.**

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Passivos contingentes* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- Obrigações legais* - são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológica, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido

excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 4.924 do Banco Central do Brasil.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

I) Provisão para imposto de renda/contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para instituições financeiras foi de 15%, nos termos da Lei 13.169/2015.

Lei nº 14.467/22 – Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a Lei nº 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 1/1/2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas a reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

(i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

(ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja Pessoa Jurídica ("PJ") ou Pessoa Física ("PF"); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Adicionalmente, caberá ao Banco realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente às perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 dos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidos até a referida data.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

n) Depósitos e relações interdependências

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata*" dia sendo as operações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

o) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base na média diária de ações em circulação no semestre/exercício.

p) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, prevê que deve ser divulgado de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Ativos virtuais

As Resoluções CMN nº 5.281 e BCB nº 550, emitidas pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2026, estabelecem critérios para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil de ativos virtuais pelas instituições financeiras e demais

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de janeiro de 2027.

O Banco atua como intermediador em operações com ativos virtuais realizadas para seus clientes. Conforme previsto na Resolução BCB nº 520, que disciplina a prestação de serviços de ativos virtuais por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco encontra-se em processo de autorização para a prestação desses serviços, observadas as disposições regulatórias aplicáveis.

r) Novas normas emitidas e aplicáveis em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo – a Administração acompanha a conclusão da regulamentação da Reforma Tributária e avalia seus potenciais impactos sobre as operações, processos e sistemas. Até o momento, não foram identificados impactos materiais que demandassem reconhecimento contábil. A Administração aguarda a conclusão das regulamentações e a divulgação de orientações complementares, necessárias à definição dos procedimentos para sua implementação e à avaliação dos respectivos impactos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades (1)	266.796	235.210
Disponibilidades em custódia de terceiros (2)	7.852	8.091
Reservas livres (3)	299	524
Total	274.947	243.825
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	5.500	28.699
Total caixa e equivalentes de caixa	280.447	272.524

(1) Disponibilidades registradas no valor de R\$ 265.824 em moeda estrangeira e R\$ 972 em moeda nacional (em 31/12/2025 as disponibilidades registradas foram no valor de R\$ 233.960 em moeda estrangeira e R\$ 1.250 em moeda nacional).

(2) Predominantemente custodiados pela Brinks Segurança e Transporte de Valores S.A.

(3) Reservas bancárias registradas diretamente no Banco Central do Brasil.

(4) Aplicações interfinanceiras são predominantemente títulos públicos federais.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco auferiu resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 5.022 e R\$ 6.179, respectivamente.

5. Instrumentos financeirosa) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	30.06.2026		
	Valor de curva	Ajuste a mercado	Valor de mercado
Valor Justo por Meio do Resultado			
Carteira própria	16.393	26	16.419
Letras Financeiras do Tesouro	16.393	26	16.419
Vinculados a prestação de garantias	26.748	45	26.793
Letras Financeiras do Tesouro	26.748	45	26.793
Total Valor Justo por Meio do Resultado	43.141	71	43.212
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangente			
Carteira própria	134.704	61	134.765
Letras Financeiras do Tesouro	134.704	61	134.765
Vinculados a prestação de garantias	9.354	4	9.358
Letras Financeiras do Tesouro	9.354	4	9.358
Total Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	144.058	65	144.123
Custo amortizado			
Carteira própria	1.368	-	1.368
Letras Financeiras do Tesouro	1.368	-	1.368
Vinculados a prestação de garantias	21.276	-	21.276
Letras Financeiras do Tesouro	21.276	-	21.276
Total Custo amortizado	22.644	-	22.644
Total de títulos e valores mobiliários	209.843	136	209.979

	31/12/2025		
	Valor de curva	Ajuste a mercado	Valor de mercado
Valor Justo por Meio do Resultado			
Carteira própria	15.334	23	15.357
Letras Financeiras do Tesouro	15.334	23	15.357
Vinculados a prestação de garantias	25.022	37	25.059
Letras Financeiras do Tesouro	25.022	37	25.059
Total Valor Justo por Meio do Resultado	40.356	60	40.416
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangente			
Carteira própria	110.117	23	110.140
Letras Financeiras do Tesouro	110.117	23	110.140
Vinculados a prestação de garantias	25.494	5	25.499
Letras Financeiras do Tesouro	25.494	5	25.499
Total Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	135.611	28	135.639
Custo amortizado			
Carteira própria	13.896	-	13.896
Letras Financeiras do Tesouro	13.896	-	13.896
Vinculados a prestação de garantias	7.281	-	7.281
Letras Financeiras do Tesouro	7.281	-	7.281
Total Custo amortizado	21.177	-	21.177
Total de títulos e valores mobiliários	197.144	88	197.232

Em 30 de junho de 2026, os títulos públicos federais mantidos pelo Banco, representados por Letras Financeiras do Tesouro - LFT, foram classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo, por serem mensurados com base em preços observáveis de mercado divulgados por fontes independentes.

b) Composição por vencimento dos títulos e valores mobiliários

	30.06.2026		
	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro	144.123	65.856	209.979
Total	144.123	65.856	209.979
	31.12.2025		
	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro	135.640	61.592	197.232
Total	135.640	61.592	197.232

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e encontravam-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco auferiu resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 13.935 e R\$ 12.052, respectivamente.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Banco a flutuações de preços de ativos financeiros.

O Banco possui contratos de câmbio, termo de moeda estrangeira sem entrega física – NDF para oferecer proteção contra sua exposição cambial. As operações de câmbio são registradas no Banco Central do Brasil (Bacen) e com NDFs são registrados na B3.

Instrumentos financeiros derivativos

30.06.2026					
Diferencial a receber (Ativo)	Notional	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contratos de Câmbio	322.805	-	989	473	1.462
Operações NDF a Termo	71.406	197	127	-	324
Total	394.211	197	1.116	473	1.786

Diferencial a pagar (Passivo)	Notional	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contratos de Câmbio	(174.674)	-	(255)	(60)	(315)
Operações NDF a Termo	(44.891)	(2.750)	(1.675)	-	(4.425)
Total	(219.565)	(2.750)	(1.930)	(60)	(4.740)

31.12.2025					
Diferencial a receber (Ativo)	Notional	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contratos de Câmbio	185.075	-	898	354	1.252
Operações NDF a Termo	100.994	90	57	-	147
Total	286.069	90	955	354	1.399

Diferencial a pagar (Passivo)	Notional	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Contratos de Câmbio	(51.831)	-	(289)	(18)	(307)
Operações NDF a Termo	(64.438)	(171)	(934)	-	(1.105)
Total	(116.269)	(171)	(1.223)	(18)	(1.412)

Os valores referentes ao ajuste diário a receber estão registrados na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos.

Os contratos de NDF são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo, por serem precificados com base na variação da moeda em relação à taxa de compra/venda pactuada e em parâmetros observáveis de mercado.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco obteve o resultado de NDFs R\$ (2.283) e R\$ (1.981), respectivamente.

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Derivativos Futuros

	Valor de referência 30.06.2026	Quantidade de contratos 30.06.2026	Valor de referência 31.12.2025	Quantidade de contratos 31.12.2025
Posição comprada				
WDO	10.418	200	5.426	20
Total posição comprada	10.418	200	5.426	20
Posição vendida	30.06.2026	30.06.2026	31.12.2025	31.12.2025
DOL	(181.009)	(695)	(63.593)	230
WDO	-	-	(51.452)	930
Total posição vendida	(181.009)	495	(115.045)	1.160
Total de contratos futuros	(170.591)	695	(109.619)	1.180

Os contratos futuros negociados em bolsa são mensurados com base em preços e ajustes diários divulgados pela B3, representando informações observáveis em mercado ativo para instrumentos idênticos.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado de Futuros do Banco foi de R\$ 1.289 e R\$ 4.625, respectivamente.

d) Negociação e intermediação de valores

As operações de negociação e intermediação de valores representam direitos e obrigações decorrentes das relações com o mercado e com clientes, relacionados à negociação e à liquidação de ativos financeiros, mercadorias e ativos virtuais, por conta própria ou de terceiros. Em 30 de junho os saldos classificados ao custo amortizado, apresentam a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Ativos virtuais (1)	31.031	-
Ativos financeiros e mercadorias a liquidar - própria	309	1.778
Total	31.340	1.778
Passivo	30/06/2026	31/12/2025
Ativos virtuais (1)	31.031	-
Ativos financeiros e mercadorias a liquidar - própria	142	187
Total	31.173	187

(1) O saldo registrado no ativo representa direitos da Instituição decorrentes do processo operacional de liquidação dessas operações. A obrigação correspondente perante os clientes é registrada no passivo, conforme a natureza e o estágio de liquidação, portanto, os saldos apresentados refletem a intermediação das operações, não representando exposição própria do Banco aos ativos virtuais.

6. Operações de Crédito

Os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, classificados como outros créditos – diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Operações de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE)	23.205	34.791
Outros créditos		
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	3.296	1.430
Total de Operações de Crédito	26.501	36.221
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.509)	(3.882)
Provisão para outras perdas associadas ao risco de crédito	(2.344)	(1.016)
Total	(4.853)	(4.898)

a) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito Operações de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(4.898)	(13.725)
Constituição no período	(3.719)	(4.797)
Reversão no período	3.764	13.624
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(4.853)	(4.898)

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve novas reestruturações e renegociações de contratos.

b) Composição por modalidade e vencimento

	30/06/2026	31/12/2025
ACC - Carteira C4		
Não problemáticos		
Vencidos	3.521	2.971
A vencer – até 30 dias	8.371	17.793
De 31 até 60 dias	3.038	3.376
De 61 até 90 dias	1.731	1.302
Acima de 90 dias	1.045	830
Total	17.706	26.272
Problemáticos		
Vencidos	2.201	0
A vencer – até 30 dias	1.660	1.770
De 31 até 60 dias	1.638	1.740
Acima de 90 dias	-	5.009
Total	5.499	8.519
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito		
Problemáticos		
Vencidos – Carteira C4	3.296	1.430
Total	3.296	1.430
Total geral	26.501	36.221

c) Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade econômica	30/06/2026	31/12/2025
Agronegócio	11.726	19.392
Comércio	2.989	2.862
Indústria	11.786	13.967
Total	26.501	36.221

d) Crédito baixado para prejuízo

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	12.067	1.710
Constituição	-	10.357
Saldo final	12.067	12.067

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo.

7. Impostos a Compensar

	30.06.2026	31.12.2025
PIS, COFINS, CIDE, INSS e IOF a compensar	6.033	6.389
IRRF a compensar	1.703	446
IRPJ antecipado	150	66
CSLL antecipado	122	56
IRPJ a compensar	70	1.873
CSLL a compensar	59	3.253
Total	8.137	12.083

8. Outros créditos – diversos

	30.06.2026	31.12.2025
Devedores diversos no exterior (1)	16.621	-
Valores a receber em ME	9.533	-
Depósitos judiciais	2.157	2.142
Adiantamentos e antecipações salariais	1.999	360
Valores a receber – <i>intercompany</i> (nota 22)	1.628	1.558
Adiantamento ao FGC	1.019	-
Bloqueio judicial	515	515
Rendas a receber de serviços prestados	159	168
Devedores diversos – país	145	4.830
Adiantamento a fornecedores	99	6
Total	33.875	9.579

(1) Refere-se a valores decorrentes de transferência de recursos ao exterior realizada nos últimos dias do mês, que teve a sua liquidação no mês subsequente.

9. Investimentos

Em 06 de março de 2024, a Instituição adquiriu participação societária Number One Consultores Associados Ltda, registrada inicialmente pelo custo de aquisição, conforme as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 5 de setembro de 2025, o Banco concluiu a alienação integral da sua participação na Frente Corretora de Câmbio S.A. (Frente Corretora), apurando lucro na transação de R\$ 1.752, reconhecido no resultado do período. Em 30 abril de 2026 o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da Frente Corretora, em decorrência desse evento e da impossibilidade de recuperação do recebível decorrente da alienação, o respectivo saldo foi integralmente baixado e reconhecido como perda no resultado do período.

Na data da aquisição, o valor pago foi reconhecido R\$ 1.391 como investimento e R\$ 10.315 como ágio, uma vez que o estudo técnico de Alocação do Preço de Compra (Purchase Price Allocation – PPA) ainda se encontrava em elaboração.

O estudo de PPA foi concluído em outubro de 2025, com o objetivo de identificar e mensurar, a valor justo, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis e com as disposições da Resolução BCB nº 33, em especial o art. 26, que trata do reconhecimento e divulgação de ativos intangíveis e ágio decorrentes de aquisições.

Com base no referido estudo, o valor originalmente registrado como investimento foi segregado entre ativos intangíveis identificáveis e ágio por expectativa de rentabilidade futura.

No processo de identificação dos ativos intangíveis adquiridos, foram reconhecidos:

Marca, representativa do valor econômico associado ao reconhecimento e posicionamento da marca no mercado;

Relacionamento com clientes (carteira de clientes), correspondente aos benefícios econômicos futuros esperados da base de clientes existente na data da aquisição.

A alocação do preço de compra foi realizada com base em laudo de avaliação elaborado por especialista independente.

Movimentação decorrente da alocação do investimento

Investimento na aquisição	11.706
Reclassificação para ativos intangíveis – marca	(296)
Reclassificação para ativos intangíveis – relacionamento	(5.922)
Reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade	(4.097)
Saldo remanescente do investimento	1.391

Após a conclusão do estudo de PPA, os ativos intangíveis identificados passaram a ser amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis econômicas estimadas.

Destaca que a avaliação de recuperabilidade refletiu informações e premissas atualizadas após a data da aquisição, decorrentes da evolução do processo de integração operacional e da revisão das expectativas de desempenho da investida. Dessa forma, foi apurado um resultado negativo de R\$ 4.097, classificado na conta “Perdas Redução Valor Recuperável Ágio Baseado Expectativa Rentabilidade Futura” e não caracteriza erro ou inadequação no estudo de alocação do preço de compra, mas sim mudança nas expectativas de geração de benefícios econômicos futuros associadas ao investimento.

Number One Consultores Associados Ltda

	30.06.2026	31.12.2025
% Participação	100%	100%
Ativo Total	3.857	857
Patrimônio Líquido	2.256	547
Lucro/Prejuízo Líquido	9.710	(339)

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco recebeu dividendos no montante de R\$ 8.000, decorrentes de sua participação na Number One Consultores Associados Ltda.

10. Imobilizado de uso**a) Composição do imobilizado de uso**

	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
- Benfeitorias	7.323	(6.904)	419	7.323	(6.706)	617
- Sistema de processamento de dados	5.938	(5.120)	818	5.920	(4.782)	1.138
- Instalações, móveis e equipamentos	1.328	(727)	601	1.328	(674)	654
Total	14.589	(12.751)	1.838	14.571	(12.162)	2.409

b) Movimentação do imobilizado de uso

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	2.409	3.453
Aquisições	18	244
Baixa	-	(10)
Depreciação (nota 18)	(589)	(1.278)
Saldo final	1.839	2.409

11. Intangível**a) Composição do intangível**

	30.06.2026			31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
- Desenvolvimento e aquisição de sistemas (1)	113.958	(61.251)	52.707	106.387	(53.168)	53.219
- Direitos relativos a carteiras de clientes	5.922	(573)	5.349	5.922	(191)	5.731
- Licenças e direitos autorais	1.388	(1.135)	253	1.388	(1.067)	321
- Marcas	296	(37)	259	296	(12)	284
Total	121.564	(62.996)	58.568	113.993	(54.438)	59.555

- (1) Valores registrados de desenvolvimento de *software* realizado pela própria empresa para melhorias operacionais e também aquisições de sistemas já prontos para utilização.

b) Movimentação do intangível no período

	31.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	59.555	48.344
Aquisições	10.166	22.941
Baixas	(1.510)	(1.637)
Transferências	-	6.218
Amortização (nota 18)	(9.643)	(16.311)
Saldo final	58.568	59.555

12. Depósitos

Depósitos à vista	30.06.2026	31.12.2025
Pessoa jurídica	60.172	27.329
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (nota 22)	3.514	5.529
Pessoa física	2.751	2.935
Travelex do Brasil Holding Financeira Ltda (nota 22)	145	148
Travelex do Brasil Holding Não Financeira Ltda (nota 22)	164	172
Total	66.746	36.113
Depósitos em moeda estrangeira		
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (nota 22)	2.491	2.536
Outros (1)	119.896	134.248
Total	122.387	136.784
Depósitos a Prazo		
Pessoa física	14	14
Total	14	14

- (1) Saldos pulverizados de clientes pessoa física e pessoa jurídica.

13. Obrigações em moeda estrangeira

	30.06.2026	31.12.2025
Ordens de pagamento em moeda estrangeira a cumprir	172.428	192.526
Obrigações em moeda estrangeira	35.641	1.647
Total	208.069	194.173



14. Outras obrigações – Diversas

	30.06.2026	31.12.2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.106	7.678
Pagamentos a efetuar	4.420	4.340
Obrigações despesa pessoal	220	332
Credores diversos – <i>Intercompany</i> (nota 22)	89	170
Outros (1)	2.293	1.339
Total	13.128	13.859

(1) Os saldos a pagar referem-se a serviços em gerais, transporte de valores, telefonia e comissões a pagar.

15. Provisões a pagar

	30.06.2026	31.12.2025
Comissão (1)	5.794	7.457
Fornecedores	2.794	1.696
Outros	861	29
Salários e encargos	328	2.631
Total	9.777	11.813

(1) Refere-se à comissão por indicação de operações de câmbio junto a parceiros.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O valor do capital social no semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 128.234 (R\$ 128.234 em 31 de dezembro de 2025) e está representado por 824.813.402 (824.813.402 em 31 de dezembro de 2025), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco apresentou lucro, constituindo o valor de R\$ 126 e R\$ 11 para Reserva Legal, respectivamente.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros do Banco, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o Banco apresentou lucro no semestre, o qual resultou em impacto positivo no montante de R\$ 2.385 e R\$ 209, respectivamente.

d) Dividendos

O Estatuto Social vigente do Banco prevê a distribuição anual de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado no exercício social após deduzido a constituição sobre a Reserva Legal. Adicionalmente, também é previsto a distribuição de dividendos intermediários após a aprovação em assembleia.

Em 2025, o Banco distribuiu dividendos a título de antecipação de distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.830

17. Despesas de pessoal

	30.06.2026	30.06.2025
Proventos (1)	(28.349)	(31.589)
Encargos sociais	(11.392)	(11.374)
Benefícios	(9.346)	(8.947)
Despesa de pró-labore	(5.281)	(3.960)
Outras despesas	(617)	(484)
Total	(54.985)	(56.354)

(1) Custo de reestruturação descrito na nota 24 de outras informações.

18. Despesas administrativas

	30.06.2026	30.06.2025
Processamento de dados	(16.253)	(20.637)
Transportes	(7.160)	(8.028)
Serviços técnicos especializados	(3.374)	(5.952)
Aluguéis e condomínio	(1.598)	(1.441)
Tributárias	(1.542)	(1.567)
Propaganda e publicidade	(1.089)	(1.641)
Comunicação	(245)	(529)
Amortização e depreciação (Nota 10 e 11)	(10.232)	(710)
Sistema de serviço financeiro (1)	(43.391)	(48.304)
Outras despesas administrativas (2)	(2.831)	(3.149)
Total	(87.715)	(91.958)

(1) Composto de Comissões R\$ (37.201), Despesas Banqueiros R\$ (5.505) e Serviços Bancários e Bacen R\$ (685). (No 1º semestre de 2025, os valores foram R\$ (40.847), R\$ (5.930) e R\$ (1.527), respectivamente).

(2) Compostos de diversas despesas com água e energia, seguros, telefonia, material de limpeza, brindes, serviços gráficos etc.

19. Outras receitas e despesas operacionais

	30.06.2026	30.06.2025
Compartilhamento de custos – <i>Intercompany</i> (1)	8.659	6.647
Atualização monetária	1.727	2.094
Outras receitas e despesas (2)	5.061	(7.311)
Contingências (nota 21)	(52)	2.134
Total	15.395	3.564

(1) Composto do Cost Sharing entre as empresas.

(2) Prejuízos em contratos de Câmbio R\$ (18), Receita de benefício fiscal R\$ 1.457 e Diversas Receitas e Despesas R\$ 3.622. (No primeiro semestre de 2025 os valores foram em R\$ (10.641), R\$ 2.744 e R\$ 586, respectivamente)

20. Imposto de renda e contribuição social**a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	IRPJ 30/06/2026	CSLL 30/06/2026	IRPJ 30/06/2025	CSLL 30/06/2025
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	8.048	8.048	3.810	3.810
Participação nos lucros (empregados)	(7.029)	(7.029)	(3.397)	(3.397)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	1.019	1.019	413	413
Adições/(exclusões)	(10.028)	(12.389)	(24.427)	(27.231)
Provisão para contingências	52	52	(10.133)	(10.133)
Reversão de provisão para pagamentos a efetuar	(4.873)	(4.873)	(6.902)	(6.902)
Provisão de devedores duvidosos	(1.357)	(1.357)	(8.816)	(8.816)
Adições/Exclusão permanentes	(3.285)	(5.646)	8.389	5.585
Exclusão Ágio Travelex	-	-	(7.128)	(7.128)
MtM	(565)	(565)	163	163
Base de cálculo	(9.009)	(11.370)	(24.014)	(26.818)
Base de cálculo após compensação	(9.009)	(11.370)	(24.014)	(26.818)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(566)	(926)	(419)	226
Total imposto de renda e contribuição social	(566)	(926)	(419)	226

b) Crédito Tributário

Em 30 de junho de 2026, o Banco mantinha créditos tributários no montante de R\$ 38.774 (R\$ 37.242 em 31 de dezembro de 2025), constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários são reconhecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 e demais normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A realização desses ativos está suportada por estudos técnicos elaborados pela Administração, que demonstram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização, observados os critérios e prazos estabelecidos na regulamentação vigente.

Segue abaixo quadro da movimentação do Crédito Tributário:

Crédito Tributário	31.12.2025	Constituição	Realização	30.06.2026
Provisões a Pagar	5.023	-	(916)	4.107
PLR - Programa de participação nos lucros	5.287	-	(1.277)	4.010
Contingências de processos trabalhistas	2.291	24	-	2.315
Provisão Para Devedores Duvidosos	2.632	13.865	14.476	2.021
Prejuízo Fiscal	11.279	2.251	-	13.530
Base Negativa	10.517	2.274	-	12.791
Total de créditos tributários	37.029	18.414	12.283	38.774

Segue abaixo a composição do valor dos créditos tributário, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Imposto de renda e contribuição social	Créditos tributários sobre diferenças temporárias – Expectativa de realização
2026	6.447
2027	1.874
2028	3.458
2029	6.073
2030	7.704
2031	8.445
2032	4.773
Total	38.774
Créditos a valor presente	24.836

O valor presente dos créditos tributários, calculados com base na taxa média de captação é de R\$ 24.836 em 30 de junho de 2026.

21. Remuneração da administração

Definição da alta direção: tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos os integrantes da diretoria do Conglomerado Financeiro Travelex.

Política: o Conglomerado Financeiro Travelex possui uma política global de remuneração dos membros da diretoria, composta por parcelas fixas, definido em assembleia.

	30.06.2026	31.12.2025
Proventos	7.837	12.064
Encargos sociais	2.390	3.656
Benefícios	982	1.031
Total	11.209	16.751

Outras informações: (1) Conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre membros da diretoria e Banco. (2) O Banco não possui nenhum benefício no que se refere à plano de previdência estendida aos seus administradores.

22. Partes relacionadas

a) Objetivo

A Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política") tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, preservando a transparência do processo e alinhando os interesses do Banco às práticas de governança corporativa.

b) Definição de partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas são as seguintes:

Controladora: Travelex do Brasil Holding Financeira Ltda.

Demais partes relacionadas: Confidence Corretora de Câmbio S.A., Confidence Turismo Ltda, Travelex Assessoria em Câmbio e Serviços Auxiliares Ltda, Travelex do Brasil Holding Não Financeira Ltda, Number One Consultores Associados Ltda, Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda e Travelex Corretora de Seguros Ltda.

Os controladores são considerados como partes relacionadas.

c) Formalização de transações com partes relacionadas

A diretoria executiva do Banco atua de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

Sejam celebradas por escrito, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características, especialmente a forma de contratação (preço global, preço unitário ou prestação de serviços por cobrança de percentual de administração), preços, prazos, garantias de prazo de execução e de qualidade, impostos e taxas, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades, sejam realizadas em condições de mercado ou, quando não haja parâmetro de mercado, de negociações assemelhadas anteriores. Sejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras, nos prazos e conforme regulamentação em vigor.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Partes relacionadas	30.06.2026	31.12.2025
	Ativo/(passivo)	Ativo/(passivo)
Confidence Corretora de Câmbio S.A.(1)	(2.491)	(2.536)
Confidence Corretora de Câmbio S.A.(2)	(3.514)	(5.529)
Travelex do Brasil Holding Financeira Ltda (2)	(145)	(148)
Travelex do Brasil Holding Não Financeira Ltda (2)	(164)	(172)
Confidence Corretora de Câmbio S.A.(3)	(89)	(180)
Confidence Corretora de Câmbio S.A.(3)	1.628	1.558
Confidence Corretora de Câmbio S.A.(4)	(1.667)	(838)
	30.06.2026	30.06.2025
	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (5)	1.201	1.830
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (6)	289	365
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (7)	(374)	(576)
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (8)	8.659	6.647
Confidence Corretora de Câmbio S.A. (9)	(1.935)	(2.022)

(1) Refere-se a Depósito em Moeda Estrangeira no País registrado na rubrica de "Depósitos em Moedas Estrangeiras" (nota 12).

(2) Refere-se ao saldo da rubrica "Custo amortizado" registrado na rubrica de "Depósitos a vista" (nota 12).

(3) Refere-se a valores referente a *Cost Sharing* e tarifa conta corrente em moeda estrangeira (CCME).

(4) Refere-se a operações com NDF entre o Banco e Corretora.

(5) Refere-se ao Resultado das Operações de Câmbio entre o Banco e a Corretora.

(6) Receita de tarifas bancárias sobre remessas efetuadas pela Confidence Corretora de Câmbio S.A.

(7) Refere-se à comissão por indicação de operações de câmbio dos clientes da Corretora.

(8) Despesa de compartilhamento de custos de mão-de-obra entre o Banco e a Corretora.

(9) Resultado referente operações de NDF entre Banco e Corretora.

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

a.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias.

a.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de câmbio e cartões.

a.3) Obrigações fiscais

As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo. Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no período, estão a seguir apresentadas:

30.06.2026				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Trabalhistas	5.088	548	(495)	5.141
Total	5.088	548	(495)	5.141

31.12.2025				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Cíveis	2.183	428	(2.611)	-
Trabalhistas	4.746	1.707	(1.365)	5.088
Total	6.929	2.135	(3.976)	5.088

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2026 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por processos de natureza tributária que somam R\$ 1.415, processos de natureza trabalhista R\$ 668 e por cível que somam R\$ 523 (em 2025, os valores de natureza tributária somaram R\$ 1.820 e cível R\$ 1.943), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

24. Gerenciamento de capital e riscos

O Conglomerado Financeiro Travelex, por meio de seus controles internos, garante a manutenção de níveis adequados de capital visando suportar e permitir o desenvolvimento do Conglomerado, de forma compatível com os diversos riscos aos quais está exposto.

No Conglomerado Financeiro Travelex, o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados por Risco (RWA) são calculados em bases consolidadas. O Conglomerado Prudencial é composto pelas empresas Banco Travelex S.A., Confidence Corretora de Câmbio S.A. e Number One Sociedade Corretora de Câmbio LTDA., e os procedimentos de controle seguem as recomendações do Comitê da Basileia e atendem às normas do Banco Central do Brasil.

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital tem como propósito a avaliação, o monitoramento, a mitigação e controle dos riscos e do capital, com visão prospectiva, de forma a garantir a suficiência de capital e adequá-la às diretrizes e estratégias de negócios do Conglomerado.

A metodologia de Gestão de Riscos e Controles, adotada pelo Conglomerado, tem o objetivo de assegurar que:

- a estrutura de controles seja constantemente avaliada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados aos riscos não controlados e/ou às atividades de controle desnecessárias;
- os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da instituição sejam compreendidos por todos os funcionários; e
- As áreas compreendam o papel, objetivos, funções e responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos, enquanto ferramentas de controle independentes criadas dentro da Instituição.

Risco de mercado (RWAmPad)

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, o qual utiliza modelos padronizados para cálculos, conforme as normas e metodologias definidas pelo Banco Central.

As operações do Conglomerado Prudencial estão segregadas em duas classificações: Carteira de Negociação e Carteira Bancária. Os principais riscos de mercado associados a estas carteiras aos quais o Conglomerado está exposto, são:

Risco cambial (RWAcam): refere-se aos riscos em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras, principal foco de negociação do Conglomerado. Estes riscos são avaliados de acordo com as Circulares 3.641/13 e 3.984/20 do Bacen.

Juros pré (RWAjur1): refere-se aos ativos e passivos expostos ao risco de taxas de juros pré-fixados. Os cálculos para apuração do risco realizados de acordo com as instruções contidas na Circular 3.634/13 do Bacen.

Cupom cambial (RWAjur2): refere-se aos ativos e passivos expostos ao risco de cupom de moedas, em que há uma parcela de risco pré-fixado em combinação com os riscos decorrentes da variação do preço de moedas. Os cálculos são realizados baseiam-se nas instruções contidas na Circular 3.635/13 do Bacen.

Riscos Associados a Serviços de Pagamento (RWAsp)

Trata-se da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) que se refere especificamente ao capital requerido para cobrir os riscos relacionados às atividades de serviços de pagamento, como credenciamento, emissão de moeda eletrônica e iniciação de transações; resumindo, é uma medida do capital que as instituições financeiras precisam manter para garantir a segurança e a estabilidade das operações de pagamento. Os cálculos realizados baseiam-se nas instruções contidas na Resolução 202/22 do Bacen.

Risco operacional (RWAopad)

É possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. A nova metodologia utilizada para o cálculo da parcela de Risco Operacional, prevista na Resolução BCB Nº 356, de 28 de novembro de 2023, substitui as três metodologias de cálculo previstas na Circular nº 3.640, de 2013, por um modelo padronizado único, que é mais robusto, mais sensível ao risco, e que aumenta a comparabilidade do requerimento de capital para as diversas instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Risco de Crédito (RWAcpad)

O Banco Travelex S.A. realiza operações de crédito de Trade Finance, notadamente operações de Adiantamento de Operações de Câmbio – pré-embarque – (AOC), Adiantamento sobre Cambiais Entregues – pós-embarque – (ACE) e Financiamento à Importação (FINIMP), bem como outras operações que podem exigir alocação de capital para Risco de Crédito. O montante apurado para esta exigência de capital é representado pelo somatório de todas as exposições ativas detidas pelo Conglomerado ponderadas por seus respectivos fatores de ponderação, mitigação e conversão, em conformidade com a Resolução BCB nº 229/22.

Risco de Liquidez

Define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas, inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Grupo Travelex Confidence atua de forma proativa na gestão do Risco de Liquidez, realizando diariamente o monitoramento das suas posições; o acompanhamento dos níveis de liquidez, com o monitoramento do volume de caixa (próprio e total); atualização das projeções de fluxo de caixa para o horizonte mínimo de 90 dias em diferentes cenários, e realização periódica de testes de stress. Por meio destas avaliações é possível identificar potenciais fragilidades e vulnerabilidades no que tange a liquidez do Conglomerado. A gestão do caixa é realizada pela Tesouraria com suporte da área Riscos, a qual se reporta a Diretoria de Finanças e Riscos.

Ainda se aplica o Plano de Contingência de Liquidez, o qual se baseia nos controles mencionados anteriormente e nos limites de liquidez estabelecidos na Declaração de Apetite ao Risco.

Índice de Basileia

No ambiente econômico interno, elementos como agravamento do déficit fiscal, a manutenção dos juros em níveis elevados e os fluxos cambiais mais fracos pressionaram a moeda brasileira ao longo do ano, mesmo demonstrando fôlego no final do 4º trimestre devido ao enfraquecimento global do dólar. Embora o câmbio mais fraco tenha favorecido a competitividade das exportações, a saída líquida de capitais e a fragilidade das contas públicas limitaram uma recuperação mais robusta das contas externas. Para as instituições financeiras, o ambiente reforçou a necessidade de fortalecimento das práticas de gestão de risco, ampliando a demanda por instrumentos de hedge e revisões nas estratégias de precificação e exposição cambial.

No ano de 2026 o Patrimônio de Referência foi negativamente impactado após baixa de ágios na aquisição de investimentos, ativos intangíveis e, principalmente, aumento nos créditos tributários.

Observou-se uma redução do Índice de Basileia no período, decorrente principalmente da diminuição do Patrimônio de Referência (PR). Apesar de a Exposição Total ao Risco (RWA) ter permanecido em patamar semelhante ao observado em 2025, o componente de risco operacional continuou exercendo impacto relevante sobre os ativos ponderados pelo risco, em linha com o cronograma de implementação da Resolução BCB nº 356/2023. Por outro lado, as exposições associadas às contas de pagamento apresentaram redução significativa, contribuindo para mitigar parcialmente o aumento das parcelas de RWA.

Base de cálculo - Índice de Basileia		Junho - R\$ Mil
		Prudencial - 2026
1	Patrimônio de Referência	166.179
2	Patrimônio de Referência - Nível I	166.179
3	Capital Principal	166.179
4	Risco de Crédito	141.083
5	Risco Operacional	1.100.062
6	Risco de Mercado	41.374
7	Risco Serviços de Pagamento	8.044
8	Ativo Ponderado pelo Risco (RWA) = 4+5+6+7	1.290.564
(1 / 8)	Índice de Basileia	12,88%
(2 / 8)	Patrimônio de Referência - Nível I	12,88%
(3 / 8)	Capital Principal	12,88%
9	Índice de imobilização	7,90%
Requerimento de Capital - BIS III		Prudencial - 2026
	Patrimônio de Referência + Adicional de Capital de Conservação	10,50%
	Patrimônio de Referência	8,00%
	Patrimônio de Referência - Nível I	6,00%
	Capital Principal	4,50%

b) Gerenciamento integrado de riscos

Em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17, o Gerenciamento de Riscos e Capital é realizado pelo Grupo Travelex Confidence de maneira integrada.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos no Grupo Travelex Confidence foi segregada conforme a Diretoria a que se reporta: Diretoria de Finanças e Riscos: Riscos - composta pelos Riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Risco Social, Ambiental e Climático e Gestão de Capital; Diretoria de Compliance, PLD e Segurança da Informação: Compliance – Composto por Risco de Conformidade, PLD (KYC e Monitoramento) –, Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e Risco Operacional e Controles Internos - composto por Risco Operacional e Controles Internos.

O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes do Conselho de Administração, metodologia global de gerenciamento de riscos da Matriz Travelex e às regulamentações locais aplicáveis ao Grupo Travelex Confidence.

De acordo com a Resolução CMN 4.553/17, que segmenta as Instituições Financeiras em cinco níveis (S1 a S5), conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro, o Conglomerado Financeiro Travelex atualmente está enquadrado no Segmento 4.

c) Análise de sensibilidade

Periodicamente são realizadas análises de sensibilidade cujo objetivo é avaliar o impacto no valor de mercado das posições detidas pelo Conglomerado, quando submetidas a um aumento de 1 pontos-base nas taxas do indexador. Avaliamos as operações com posições próprias, realizadas com intenção de negociação, ou destinadas a hedge da carteira de negociação, observadas as condições normais de mercado.

Adicionalmente, Testes de Stress de risco de mercado são realizados diariamente pela área de Riscos Financeiros, visando analisar os riscos de carteiras específicas, bem como avaliar os potenciais impactos das exposições do Conglomerado frente a uma situação de stress.

Considerando que as carteiras detidas pelo Conglomerado possuem exposições ao risco de mercado nos fatores de Risco Pré, Cupom de moedas e Risco Cambial, sendo este último o risco mais relevante; os testes de stress são realizados para estes fatores de risco, adotando diferentes cenários.

Teste de Stress - Renda Fixa

A avaliação do stress para renda fixa utiliza como premissa os seis cenários de stress de taxa de juros da carteira banking, definidos pelo Bacen (IRRBB) nos termos da Circular 3.876/18.

Consideram-se os seguintes cenários de choque padronizados:

1. Aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (paralelo de alta);
2. Redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (paralelo de baixa);
3. Aumento das taxas de juros de curto prazo;
4. Redução das taxas de juros de curto prazo;
5. Redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
6. Aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

Os valores dos cenários padronizados mencionados são definidos por fator de risco, de acordo com a seguinte tabela:

Fatores de Risco (bps)	Paralelo	Curto Prazo	Longo Prazo
Taxas de juros pré-fixadas referenciadas em reais	400	500	300
Taxas de juros pós-fixadas referenciadas em reais	400	500	300

Em 30 de junho de 2026 os seguintes impactos foram obtidos para os Testes de Stress de Renda Fixa:

Renda Fixa (Valores em BRL Mil)	
Posição	216.750
Δ Stress	
Resultado Cenário 1	(5)
Resultado Cenário 2	4
Resultado Cenário 3	(2)
Resultado Cenário 4	2
Resultado Cenário 5	(0)
Resultado Cenário 6	0

Teste de Stress – Câmbio

Em relação ao stress cambial, a magnitude da variação cambial sugerida no teste de stress conservadora e considerada adequada a exposição cambial da Instituição.

Abaixo estão relacionados os cenários/premissas macroeconômicas utilizadas para o cálculo do Stress Cambial do Grupo:

1. Desvalorização do real em 25% contra todas as moedas;
2. Desvalorização do real em 30% contra as moedas da cesta e desvalorização do real em 15% contra as moedas fora da cesta;
3. Valorização do real em 20% contra todas as moedas;
4. Valorização do real em 20% contra as moedas da cesta e valorização do real em 15% contra as moedas fora da cesta;
5. Desvalorização do real em 25% contra as moedas da cesta e valorização do real em 20% contra as moedas fora da cesta;
6. Valorização do real em 20% contra as moedas da cesta e desvalorização do real em 25% contra as moedas fora da cesta.

Em 30 de junho de 2026, os seguintes impactos foram verificados nos Testes de Stress Cambial:

Cambial (Valores em BRL Mil)	
Posição	(13.907)
Δ Stress	
Resultado Cenário 1	(4.099)
Resultado Cenário 2	(3.287)
Resultado Cenário 3	2.243
Resultado Cenário 4	3.747
Resultado Cenário 5	(3.395)
Resultado Cenário 6	3.360

Com base no conservadorismo da carteira e no apetite a risco do Conglomerado, conclui-se que, até mesmo em um cenário mais volátil, o efeito do stress torna-se marginal frente ao limite regulatório de exposição conforme Resolução CMN Nº 4.956.

25. Outras informações

a) Resultado recorrente e não recorrente

	31.12.2026	31.12.2025
Lucro do semestre	<u>2.511</u>	<u>(7.652)</u>
Eventos não recorrentes		
Impairment do Ágio por expectativa de rentabilidade	-	4.097
Custo com reestruturação	1.366	4.033
Lucro líquido recorrente do exercício	<u>3.877</u>	<u>478</u>

26. Eventos Subsequentes

Foi anunciado em 12 de agosto de 2026 a venda do Banco Travelex para o grupo StoneX, instituição financeira global listada na Nasdaq USA, com alcance em mais de 180 países e 140 moedas. O processo de aprovação decorrerá dentro dos prazos estabelecidos pelo Banco Central.